

ATA DA 42ª (QUADRAGÉSIMA SEGUNDA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA 19ª (DÉCIMA NONA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOTELHOS, 2021/2024, REALIZADA DIA 24/01/2022. Às dezenove horas e trinta minutos, presentes todos os vereadores, havendo quórum legal, em nome do povo de Botelhos, distritos de Palmeiral, São Gonçalo e Zona Rural e invocando a proteção de Deus, o Presidente, vereador Ronyelle Ribeiro de Souza declarou aberta a reunião, saudou os vereadores e em seguida fez leitura de trecho da Bíblia.

PEQUENO EXPEDIENTE: O sr. Presidente submeteu ao plenário a ata da reunião ordinária do dia 13 de dezembro de 2021, a qual foi aprovada pela unanimidade dos vereadores que procederam a assinatura da mesma. Leitura de correspondências recebidas: relatório da comissão do recesso referente ao período de 20/12/2021 a 20/01/2022. **Relatório final da Comissão de CPI da Câmara Municipal de Botelhos** - foi lido na íntegra o relatório e segue uma síntese do mesmo: “Destaca-se que os poderes da CPI são limitados para investigar e apurar os fatos relativos a qualidade da prestação dos serviços públicos concedidos à COPASA, bem como recomendar aos órgãos competentes a adoção das medidas necessárias para assegurar a boa e eficaz prestação de tais serviços públicos e também de reparar as situações irregulares apuradas. Assim, dentre as principais conclusões da CPI, destacam-se a apuração de que a COPASA e o Município foram omissos em implantar a Estação de Tratamento de Esgoto, que deveria estar em

operação desde março de 2017. Verificou-se ainda que há o descarte *in natura* do esgoto sanitário nos córregos municipais com potencial dano ao meio ambiente e a todas as cidades que integram a bacia hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu Pardo, considerando as conclusões do laudo técnico da empresa que testou as amostras coletadas no Córrego Bela Vista. Bem por isso, que recomendou-se o envio de uma cópia do Relatório final ao Ministério Público local e ao Centro de Apoio ao Meio Ambiente do Ministério Público Estadual para que sejam adotadas as medidas necessárias a cessar o descarte dos efluentes e assegurar a implantação da ETE em tempo hábil. Também recomendou-se o envio das conclusões da CPI à Fundação Estadual do Meio Ambiente e ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas para que os mesmos avaliem e adotem as medidas necessárias a reparar o potencial dano ao meio ambiente diante do descarte dos efluentes na Bacia do Rio Mogi-Guaçu Pardo. Importante ainda destacar que durante os trabalhos realizados pela CPI, a COPASA informou que iria realizar a implantação da ETE dentre os próximos cinco anos, mediante o investimento de aproximadamente 10 milhões de reais, oportunidade em que a CPI provocou a concessionária e requereu a formalização do compromisso assumido, oportunidade em que a COPASA encaminhou a Declaração anexa, assinada pela Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico, Meio Ambiente e Empreendimentos, comprometendo-se a realizar os investimentos e as obras necessárias a construção da ETE, dentro do cronograma

apresentado. Diante de tal documento, a CPI recomendou a sua ampla publicidade à Prefeitura e a devida formalização no contrato de concessão, aos munícipes, bem como ao legislativo para que possa ser acompanhado e fiscalizado a implantação das metas e investimentos assumidos pela COPASA. A CPI também concluiu que a ausência de um Plano Municipal de Saneamento inviabiliza que o município tenha metas e mecanismos próprios para assegurar a universalização do saneamento básico aos munícipes, bem como detenha meios para fiscalizar e exigir a concessão de tais serviços públicos. A ausência de tal instrumento ainda impede que o município constitua um Fundo Municipal de Saneamento Básico, e possa credenciar junto a ARSAE para receber os repasses tarifários, deixando de arrecadar aproximadamente de 140 a 150 mil reais ao ano que poderiam ser reinvestidos em ações ligadas ao saneamento básico municipal, segundo informações da Agência Reguladora. Diante desta conclusão recomendou-se ao executivo que seja implementado o Plano Municipal de Saneamento Básico no município com a máxima urgência, até mesmo considerando que o mesmo é o instrumento que confere validade a concessão realizada à COPASA. Em relação a cobrança da tarifa de esgotamento sanitário no município, a CPI concluiu que tal cobrança da forma que é realizada é indevida por força das disposições contidas no contrato de concessão, sendo que a legitimidade para pleitear a suspensão e aplicação dos valores devidos compete ao município. Assim, a CPI recomendou que a

prefeitura ingresse com a ação devida junto ao judiciário para pleitear a suspensão da tarifa e a cobrança nos valores devidos, ou acaso já tenha ingressado com tal ação, que dê publicidade dos andamentos aos munícipes e ao legislativo, devido ao interesse público de tais informações. A CPI informa que irá diligenciar nos próximos dias junto aos órgãos públicos interessados a entrega do Relatório Final e a leitura das conclusões mediante o agendamento prévio, conferindo a devida publicidade de tais eventos a população botelhense. O sr. Presidente convidou para sentar-se junto à Mesa Diretora a dra. Isabele Fagundes, advogada contratada pela Câmara que conduziu os trabalhos da CPI.” A dra. Isabele parabenizou a Câmara por ter usado o poder fiscalizatório, explicou que foram sessenta dias, prorrogados por mais sessenta dias, que a comissão fez um árduo trabalho neste período. Explicou que a CPI nasceu de denúncias feitas na Câmara pelos serviços prestados pela COPASA, que a conclusão da Comissão foi que realmente há uma má prestação de serviços por parte da empresa, que embora haja previsão para o tratamento de esgoto que deveria acontecer desde 2017, isto não aconteceu, que em 2018 foi realizada uma Audiência Pública nesta Casa, onde a COPASA se comprometeu a entregar a Estação de Tratamento de Esgoto até 2020 e isto também não foi cumprido, um dos motivos da abertura da CPI. Que durante os trabalhos da CPI a COPASA assinou uma declaração se comprometendo em investir no município nos próximos 04 anos o montante de dez milhões de reais e se comprometeu em entregar a

obra da ETE tão sonhada por todos. Que a análise feita na água dos ribeirões da cidade demonstra que os dejetos são jogados na água sem tratamento, o que compromete a qualidade da água e a vida marinha desses ribeirões, que todos estes estudos estão à disposição da população e serão enviados ao órgão competente. Que apurou-se que não existe no município um Plano Municipal de Saneamento Básico, e no relatório a comissão recomenda fortemente ao Executivo que crie esse plano e que crie também um Fundo Municipal de Saneamento Básico, para que se habilite junto à ARSAE para receber uma tarifa que resultara em torno de cento e quarenta mil reais ao ano que poderá ser usada em ações na melhoria do saneamento básico do município. Outra constatação da CPI foi sobre a tarifa de esgoto cobrada na conta de água da população, cobrada acima do previsto no contrato, que recomendasse ao município que entre com ação no Ministério Público, que o município informou que já está em andamento essa ação. Quanto aos serviços de recomposição asfáltica, apurou-se que não é bem feito, então a comissão sugere que a Prefeitura execute esses serviços e cobre da COPASA. A dra. Isabeli disse que essas eram algumas considerações do relatório final da CPI, que todo processo estava à disposição dos vereadores e da população. Usou da palavra o vereador Marcus Vinícius, Presidente da CPI, que agradeceu o apoio dos vereadores que desde o início apoiaram a criação da Comissão, agradeceu aos servidores da Câmara na elaboração de documentos, contratos, agradeceu ao trabalho dos vereadores

Leandro e Felipe, membros da CPI e também agradeceu o trabalho da dra. Isabelle. Vereador Marcus Vinícius disse que desde o início a comissão apurou que a taxa de esgoto cobrada pela COPASA é abusiva, que não podem continuar cobrando a taxa sem o devido tratamento, que vão lutar para efetivar esse tratamento, que existe a Declaração assinada por diretores da COPASA, com datas fixadas, se comprometendo em investir em Botelhos e efetivar a Estação de Tratamento de Esgoto e isso será fortemente cobrado pelos vereadores, que também cobrarão do Executivo a fiscalização desta execução de obra ; quanto ao serviço de recomposição do calçamento onde são feitas intervenções pela empresa, estas não são feitas de forma satisfatória e isto também foi apurado pela Comissão. Vereador Leandro endossou as palavras do vereador Marcus, dizendo que vão continuar lutando e cobrando pela diminuição da taxa ou pelo efetivo término das obras da Estação e efetivo tratamento de esgoto da cidade. Vereador Felipe agradeceu o trabalho dos companheiros membros da CPI, agradeceu o apoio dos demais vereadores, agradeceu também o trabalho da dra. Isabele, dizendo que foi um trabalho cansativo, muitas irregularidades constatadas, que agora existe um documento assinado pela COPASA se comprometendo em investir no município e efetivar a ETE, que todos concordam que a taxa cobrada é abusiva pois não existe o tratamento de esgoto, que cabe aos vereadores fiscalizar e entregar este relatório aos órgãos que tem o poder de fazer cumprir o que está previsto no contrato e

agora na Declaração da COPASA. Os demais vereadores parabenizaram os membros da comissão pelo trabalho realizado e também parabenizaram a dra. Isabelle pelo desenvolvimento e coordenação dos trabalhos da CPI. O vereador Ronyelle parabenizou os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, disse que foram meses de muito trabalho, mas o importante era o relatório que estavam entregando, parabenizou em nome da Câmara Municipal de Botelhos a dra. Isabele que com muita competência coordenou os trabalhos da Comissão. Dando continuidade à reunião o secretário fez leitura das seguintes correspondências: ofício do Lar dos Velhinhos da Associação São Vicente de Paulo, solicitando recursos necessários às contratações de profissionais, a fim de que os asilados sejam atendidos da melhor maneira possível; o sr. Presidente explicou que como era do conhecimento dos vereadores, a Câmara não pode transferir recursos ao Asilo, que então iriam encaminhar um ofício ao Executivo, encaminhando cópia do pedido para que o Executivo avaliasse a possibilidade de atender o solicitado pelo Representante Legal do Asilo. Ofício 003/2022 do Conselho Tutelar, encaminhando relatório das atividades dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2021; ofício 3155 da COPASA, informando a impossibilidade da ligação de rede de esgoto em imóvel denominado na Av. Dr. Hélio Andrade Alves nº 970; Ofício do DER/MG em resposta a pedido de recuperação funcional na rodovia LMG 880, trecho entre Botelhos/Poços de Caldas; Ofício

121/2021 da Fundação Hospital São José de Botelhos informando sobre ambulância conseguida através de votação digital; Ofícios Executivos 620 a 669/2021 e 01/2022 em resposta a solicitações e questionamentos dos vereadores. **GRANDE EXPEDIENTE: PROJETOS NOVOS: PROJETOS NOVOS: VETO AO PROJETO DE LEI Nº 102/2021 – “ Dispõe sobre a instituição do Selo Empresa Amiga do Meio Ambiente”**. Lido o ofício executivo nº 671/2021 e a mensagem do veto, encaminhado ao estudo e parecer da Comissão de Constituição Justiça e Redação Final para a próxima reunião, quando o veto será votado. **PROJETO DE LEI Nº01/2022 – CONCEDE REVISÃO ANUAL AOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTELHOS PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. PROJETO DE LEI Nº02/2022 – CONCEDE REVISÃO ANUAL AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOTELHOS PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. PROJETO DE LEI Nº03/2022 – CONCEDE REVISÃO ANUAL AOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOTELHOS PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. PROJETO DE LEI Nº04/2022 – CONCEDE REVISÃO ANUAL AO PREFEITO E VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOTELHOS PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. PROJETO DE LEI**

Nº05/2022– CONCEDE REVISÃO ANUAL AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE BOTELHOS PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS. Lidos os projetos e as respectivas justificativas e também pedido de urgência especial apresentado pelo vereador Valdevino Gonçalves; submetido o pedido de urgência à aprovação do Plenário o mesmo foi aprovado por todos, sendo nomeado o vereador Charles como relator especial aos projetos. O sr. Presidente suspendeu a reunião por cinco minutos para elaboração do parecer escrito do relator; decorrido o prazo, os vereadores retornaram aos seus lugares e o secretário fez leitura do parecer favorável do relator aos Projetos 01,02,03,04 e 05/2022. O sr. presidente então submeteu os projetos a discussão única, nada sendo acrescentado, em votação única e individual, os projetos foram aprovados pela unanimidade dos vereadores, sendo determinado o envio dos mesmos à sanção do Executivo. -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº06/2022 – DISPÕE SOBRE A TRANSMISSÃO DAS REUNIÕES OFICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOTELHOS. Autor: vereador Marcus

Vinícius. Lido o projeto e a justificativa, encaminhado ao estudo e parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para a próxima reunião, quando o projeto será discutido e votado.

REQUERIMENTOS ESCRITOS: Vereador Luís Antônio Vilas Boas: ao Prefeito 1-) solicitando serviço de máquina e cascalhamento no morro do bairro Taquaral, descendo sentido

propriedades de Reizinho, Antônio Carlos Alves e José Maria Alves. 2-) solicitando serviço de máquina e cascalhamento na estrada que liga São Gonçalo a propriedade do sr. Nesmy Franco; requerimento endossado pelo vereador Marcus Vinícius; 3-) solicitando colocação de postes de iluminação na Avenida Natale Sgrécia, no lado onde não existem postes; requerimento endossado pelo vereador Leandro 4-) solicitando estudo para possibilidade de reajuste do subsídio dos conselheiros tutelares, requerimento endossado por todos os vereadores. **Vereador Wellington: ao Prefeito:** 1-) solicitando realização de levantamento dos lotes doados pela Prefeitura em Palmeiral, para que os ganhadores sejam notificados e procedam a limpeza dos mesmos. 2-) solicitando realização de serviço de tapa-buracos em ruas do distrito de Palmeiral. 3-) Solicitando esclarecimentos sobre serviço de transporte de doentes em Palmeiral e bairros Goiabeiras e Córrego Bonito; requerimento endossado pelo vereador Valdevino. Ofício para a operadora de celular VIVO: solicitando vistoria na torre de celular em Palmeiral, pois quando falta energia elétrica no Distrito a rede de telefonia móvel não funciona; ofício endossado pelo vereador Valdevino. **Vereador Felipe: ao Prefeito:** 1-) questionando sobre previsão para manutenção da pavimentação asfáltica na Rua Levi Felipe Taboga; requerimento endossado pelo vereador Marcus Vinícius; 2-) solicitando que estudem a possibilidade da contratação, em caráter de urgência, de uma firma terceirizada para realização de serviço de tapa-buracos em

Botelhos e Distritos; 3-) Solicitando vistoria no lote de terreno localizado entre as ruas Tiradentes 185 e Rua Pedro Bernardes s/nº, distrito de São Gonçalo, visto que as manilhas da rua de cima, aparentemente de bueiros, passam dentro do lote e se encontram à céu aberto; 4-) Solicitando seja verificada a possibilidade de quando a empresa responsável pelo Loteamento Ágape for abrir a Rua Martins Francisco da Silva para passar a tubulação do loteamento, que a Prefeitura aproveite para fazer os bueiros na citada rua; requerimento endossado pelos vereadores Luís Antônio e Marcus Vinícius.5-) À CEMIG, solicitando retirada/mudança de transformador localizado na Avenida Major Antônio Alberto Fernandes nº 133, visto a periculosidade do mesmo estar próximo à uma sacada, causando medo nos moradores da residência.6-) ao DER/MG, solicitando serviços de manutenção (tapa-buracos, limpeza de matos nas laterais das estradas, etc.) na Rodovia LMG 880 nos trechos que ligam Botelhos/Palmeiral e Botelhos/Divisa Nova; requerimento endossado pelo vereador Valdevino.

Vereador Marcus Vinícius: ao Prefeito: 1-) solicitando serviço de tapa-buracos nas ruas dos bairros Jardim Eldorado e Jardim Ipê; 2-) solicitando seja estudada a possibilidade de o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem mudar o tipo de cascalho usado atualmente, pois, segundo usuários da estrada este cascalho não é de boa qualidade, e piora a condição da estrada quando é utilizado. Nesse sentido, solicita que estudem a possibilidade de voltar a utilizar pedras britas nº 03 na manutenção das estradas rurais.

Solicita também que analisem a possibilidade de utilizar resíduos de asfalto e construção civil nos pontos mais afetados pelas chuvas, podendo até mesmo fazer uma parceria com a empresa de caçamba que faz a coleta desse tipo de resíduo no município. **Indicação:** sugerindo que o Executivo repasse parte do valor devolvido pela Câmara em dezembro/2021 ao **Hospital de Botelhos.**

REQUERIMENTOS VERBAIS: Vereador Wellington requereu envio de ofício ao Prefeito solicitando que seja notificada a empresa que está fazendo a infraestrutura nos loteamentos de Palmeiral, visto que na esquina das Ruas José Pedro e Antônio Gomes Sandi, em frente ao nº 24, foi feita uma vala para abertura de rede de esgoto e não refizeram o calçamento. **Vereador Marcus Vinícius**, ao Prefeito: 1-) solicitando informações de quais prestadores de serviços ou servidores municipais são responsáveis para que os moradores de Palmeiral e São Gonçalo acionem em casos de necessidade de se deslocarem até o Hospital de Botelhos. Caso não exista esta pessoa, que estudem a possibilidade de implantar este serviço para os distritos. 2-) solicitando vistoria na ponte da Rua da Biquinha, sentido Vila Pereira, visto que com as últimas chuvas surgiu um buraco na ponte, o que pode comprometer a estrutura da mesma; requerimento endossado pelo vereador Charlles. **Vereador Luís Antônio** requereu envio de ofício ao Prefeito solicitando que o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem faça uma vistoria nos bairros Pinhal e Jaboticabal e que seja feita manutenção nos pontos mais críticos

das estradas. Todos os requerimentos foram aprovados pelo Plenário.

ORDEM DO DIA: PROJETOS EM TRAMITAÇÃO-

PROJETO DE LEI Nº 74/2021 - “**AUTORIZA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS MATERIAIS EM FAVOR DA EMPRESA WALDERSON SILVA EIRELI**”.

– Os documentos que acompanham o ofício executivo 098/2021 foram encaminhados às Comissões de: Constituição Justiça e Redação Final, Finanças Orçamento e Contabilidade e Comércio, Indústria, Desenvolvimento e Meio Ambiente para a próxima reunião quando o projeto será submetido a 1ª discussão e votação.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 105/2022 – **DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO E A INSTALAÇÃO DE POSTES, TORRES E ANTENAS E DEMAIS EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM AS ESTAÇÕES RÁDIO-BASE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”.

Aguardando parecer das Comissões de: Constituição, Justiça e Redação Final, Finanças, Orçamento e Contabilidade e Comércio, Indústria, Desenvolvimento e Meio Ambiente.

ABERTURA DA PALAVRA PARA AS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os vereadores agradeceram a Deus e desejaram um ano de muito trabalho na Câmara. NADA MAIS HAVENDO, o Sr. Presidente agradeceu pela presença de todos, encerrou a reunião, determinou a lavratura desta ata que lida e achada conforme, vai por todos assinada. Eu, Felipe Eduardo Begalli, secretário, fiz lavrar a

